

Um não ao acordo com o FMI

Resultado parcial do plebiscito no Distrito Federal indica tendência do País

FABÍOLA GÓIS

O primeiro resultado parcial do plebiscito "Acima da Dívida Externa" apontou que boa parte da população do Distrito Federal não quer que o governo brasileiro mantenha o atual acordo com o FMI, e continue pagando a dívida sem realizar uma auditoria prévia, e acha que não deve usar parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores. Até às 16h de ontem, 85 urnas foram abertas, de um total de 560. A maior parte dos 12.109 votantes optaram por dizer não às três perguntas do plebiscito.

A primeira urna começou a ser apurada às 8h e tinha 549 cédulas. Mais de 90% das respostas para as três perguntas sobre Fundo Monetário Internacional (FMI), Dívida Externa, e Dívida Interna foram negativas. Do dia 2 a 7 de setembro, ela esteve na Praça do DI, em Taguatinga Norte.

Cerca de cem voluntários participaram da operação de contagem de votos. "Como são três perguntas num único plebiscito o processo é demorado", explicou Afonso



A APURAÇÃO do plebiscito começou ontem e em Brasília está sendo feita por 100 voluntários

Magalhães, um dos coordenadores do plebiscito em Brasília.

Os organizadores afirmam que a mobilização foi grande em todo o Brasil. A convocação para o plebiscito foi feita pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e contou com a participação de mais de 60 entidades, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e o Movimento dos Sem Terra (MST).

"Esse plebiscito é muito importante para o País, por que está levando à sociedade a discussão sobre o atual modelo econômico", afirmou Érika Kokay, presidente da CUT-DF. "A dívida é a expressão desse modelo econômico, e a sociedade civil está mostrando que não está satisfeita", completou.

América Meneses Bonfim, também organizadora do plebiscito em Brasília, lembrou do início da mobi-

lização. "Em abril, eram poucas pessoas participando, mas hoje estão envolvidas milhões de pessoas", observou. Para ela, o principal ponto que deve ser levado em consideração é que em nenhum momento o plebiscito sugeriu que a dívida externa não deveria ser paga. "Não perguntamos sobre o calote, mas sim sobre a realização de uma auditoria nas contas da dívida", afirmou.

LUIZ MARCOS

Resultado parcial

►Primeira pergunta: O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o FMI? Sim: 941 - Não: 10.945 - Brancos: 168 - Nulos: 25

►Segunda pergunta: O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988? Sim: 564 - Não: 11.435 - Brancos: 97 - Nulos: 24

►Terceira pergunta: Os governos federal, estaduais, e municipais devem continuar usando parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores? Sim: 477 - Não: 11.436 - Brancos: 170 - Nulos: 21